

ARTIGO CIÊNTIFICO

FACULDADE SÃO FRANCISCO DE BARREIRAS – FASB
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

PROFESSORA: LUCIANA SILVA MORAES

ALUNA: MICHELE CARVALHO DE SOUZA

A EMPRESA E O MEIO AMBIENTE

RESUMO

Os problemas ambientais provocam grandes danos irreversíveis, que incidiram e incidem agora em todos os países subdesenvolvidos e desenvolvidos, nasce, então, como necessidade imperiosa, introduzir a Contabilidade Ambiental nos sistemas econômicos das empresas principalmente nas micro e pequenas empresas que são a maioria das empresas no Brasil. As organizações, até alguns dias atrás, preocupavam-se apenas com a eficiência dos sistemas produtivos. Chegamos a “era da revolução ambiental”, e o ambiente não somente aparece como um conjunto de problemas relativos ao controle da contaminação, mas representa um custo no crescimento econômico. A partir disto, este estudo tem a finalidade de demonstrar através de referências teóricas a situação patrimonial das empresas interagindo com o meio ambiente, onde informam despesas e obrigações assumidas em benefícios do meio ambiente seja no sentido de evitar sua degradação, seja nos gastos efetuados para recuperar agressões praticadas contra a natureza.

Palavras-chave: Contabilidade. Meio Ambiente. Gestão Ambiental.

ABSTRACT

Environmental problems cause major irreversible damage, which focused now and focus on all developed and developing countries, is born, so how urgent necessity to introduce the Environmental Accounting in the economic systems of companies mainly in micro and small businesses that are most companies in Brazil. Organizations, until a few days ago, were concerned only with the efficiency of production systems. We have reached the "age of the environmental revolution", and the environment not only appears as a set of problems related to pollution control, but represents a cost in economic growth. From this, this study aims to demonstrate through theoretical references the assets of companies interacting with the environment, where inform expenses and obligations under environmental benefits is to avoid their degradation, is the expenses incurred for recover aggressions committed against nature.

Key-words: Accounting. Environment.Environmental Management.

SUMÁRIO

1.0 INTRODUÇÃO	4
1.1 OBJETIVOS	6
1.1.1 Geral	6
1.1.2 Específicos.....	6
1.1.3 Metodologia.....	6
CAPÍTULO I	8
2.0. DESCREVER OS BENEFÍCIOS QUE AS EMPRESAS PODEM APRESENTAR COM A MINIMIZAÇÃO DOS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS.	8
2.1. Contabilidade Ambiental.....	8
2.1.1 Gestão Ambiental.....	9
2.1.2 Sustentabilidade.....	11
2.1.3 A Sustentabilidade Social.....	12
CAPITULO II	13
3.0 RELECIONAR OS CUSTOS AMBIENTAIS COM UMA ECONOMIA DE RECURSOS.	13
3.1. Ativo Ambiental	13
3.1.1 Passivo Ambiental.....	14
3.1.2 A Contabilidade de Gestão Ambiental - CGA	16
3.1.3 Eco-eficiência.....	18
3.1.4Custos Ambientais	20
3.1.5 Classificação dos custos Ambientais.....	22
3.1.6 Contingências.....	24
CAPITULO III	24
4.0 ALGUNS ASPECTOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL.....	24
4.1 AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	24
4.1.1 Ações para preservar o Meio Ambiente – O protocolo verde	25
4.1.2 Impacto Socioambiental.	28
5.0. CONCLUSÃO.....	29
6.0. REFERÊNCIAS	31

1.0 INTRODUÇÃO

No Brasil segundo o SEBRAE no ano de 2012 a maioria dos negócios em funcionamento era constituída de micros e pequenas empresas e por isso são de muita importância para a economia do país. Estas empresas são grandes geradoras de empregos e riquezas, o que contribui de maneira significativa para o aumento do produto interno bruto do país - PIB.

Enquanto que, segundo a ONU a população chega a sete bilhões de seres humanos, e para o secretário da ONU *Ban Ki-moon*, isso não é motivo de alegria. "Os recém-nascidos chegam a um mundo contraditório, com muita comida para uns e com a falta de alimentos para um bilhão de pessoas que vão dormir com fome todas as noites. Muitas pessoas gozam de luxuosos estilos de vida e muitos outros vivem na pobreza", disse Ban em entrevista à revista americana *Time*.

"Serão sete bilhões de pessoas que vão precisar de alimentos em quantidade suficiente, assim como de energia, além de boas oportunidades na vida de emprego e educação; direitos e a própria liberdade de criar seus próprios filhos em paz e segurança", acrescentou.

Então diante desse grande aumento da população mundial é muito importante mostrar para os micros e pequenos empresários que representam segundo o SEBRAE 99% dos empresários no Brasil a necessidade de diminuir os impactos socioambientais para que as próximas gerações não sofram com a falta de recursos naturais.

O Serviço de apoio a Micro e Pequena Empresa, SEBRAE até o dia 10 de abril de 2012 apresenta alguns dados demonstrando a importância das pequenas empresas na economia do Brasil.

Segundo o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – (SEBRAE) em 2012, as micro e pequenas empresas representam 99% do número de empresas no Brasil, 67% das ocupações e contribui com 20% do PIB na economia brasileira. É de grande importância para a economia, além de todos os fatores apresentados, também por ser uma grande geradora de empregos no país.

Diante dessa grande parcela que esses micros empresários representam é necessário evidenciar a importância de minimizar os impactos

socioambientais que é a mudança negativa do meio ambiente, resultante de uma atividade particular e seus efeitos podem ser percebidos logo ou com o tempo (FERREIRA, 2006 p.19).

Outro motivo pelo qual essa pesquisa é importante é o grande aumento da população mundial. Segundo a ONU até o dia 31 de outubro de 2011 tinha um total de sete bilhões de pessoas e com essa quantidade de habitantes na terra ocorre à escassez de recursos naturais. Isso acontecerá porque a natureza e os seus recursos naturais são indispensáveis para a sobrevivência humana, portanto, não adianta haver progresso se a geração futura talvez não tenha condições mínimas de sobrevivência.

Os recursos naturais são essenciais à vida. Não adianta haver progresso se a população não tiver consciência de que os recursos naturais são gratuitos e devem ser preservados, pois se eles se acabarem não haverá dinheiro que compre água, ar, entre outros recursos.

E assim lança se o desafio do desenvolvimento sustentável como meta do milênio proposto pela PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) que tem por mandato promover o desenvolvimento e eliminar a pobreza no mundo. Entre outras atividades, o PNUD produz relatórios e estudos sobre o desenvolvimento humano sustentável e as condições de vida das populações, bem como executa projetos que contribuam para melhorar essas condições de vida, garantir acesso a água potável e a serviços de saneamento; reduzir e mitigar a variabilidade climática; e os desastres naturais.

Os projetos têm trabalhado com: a erradicação da pobreza e a melhoria de qualidade de vida; a agregação de valor e disseminação de produtos da biodiversidade e agricultura familiar. Enfim trabalhando sempre com sustentabilidade, que visa à melhoria da qualidade de vida da população, equidade na distribuição de renda e de diminuição das diferenças sociais, com participação e organização popular; compatibilidade entre padrões de produção e consumo, equilíbrio de balanço de pagamento, acesso à ciência e tecnologia; conservação geográfica, equilíbrio de ecossistemas, erradicação da pobreza e da exclusão, respeito aos direitos humanos e integração social.

Diante dos que foi exposto, o presente estudo procura responder ao seguinte questionamento: Como as micros e pequenas empresas podem atuar

na esfera socioambiental tendo como desafio a potencialização da sua estratégia de atuação e a minimização dos seus custos?

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Geral

Descrever possíveis formas de atuação estratégica com enfoque na questão socioambiental para as MPE's tendo como desafio os custos empresariais.

1.1.2 Específicos

- Descrever os benefícios que as empresas podem apresentar com a minimização dos impactos socioambiental.
- Relacionar os custos ambientais com uma economia de recursos.
- Levantar alguns aspectos de desenvolvimento sustentável.

1.1.3 Metodologia

Metodologia é a maneira utilizada pelo pesquisador para desenvolver uma pesquisa.

Método pode ser caracterizado como um conjunto de atividades sistemáticas e racionais que com maior segurança e economia permite ao pesquisador alcançar o objetivo. Neste sentido, através do método chega-se a conhecimentos válidos e verdadeiros, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista (LAKATOS, 2003).

O método utilizado nessa pesquisa é o método dedutivo proposto pelos racionalistas Descartes, Spinoza e Leibniz que pressupõe que só a razão é capaz de levar ao conhecimento verdadeiro. O raciocínio dedutivo tem o objetivo de explicar o conteúdo das premissas. Por intermédio de uma cadeia de raciocínio em ordem descendente, de análise do geral para o particular, chega a uma conclusão. Usa o silogismo, construção lógica para, a partir de duas premissas, retirar uma terceira logicamente decorrente das duas primeiras, denominada de conclusão (GIL, 1999; LAKATOS; MARCONI, 1993).

Do ponto de vista de sua natureza essa é uma pesquisa básica qualitativa e, portanto, objetiva gerar conhecimentos novos úteis para o avanço da ciência sem aplicação prática prevista. Envolve verdades e interesses

universais considerando que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números.

A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. Não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave. É descritiva. Os pesquisadores tendem a analisar seus dados indutivamente. O processo e seu significado são os focos principais de abordagem.

Do ponto de vista de seus objetivos essa é uma pesquisa explicativa e visa identificar os fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência dos fenômenos. Aprofunda o conhecimento da realidade porque explica a razão, o “por que” das coisas. Quando realizada nas ciências naturais, requer o uso do método experimental, e nas ciências sociais requer o uso do método observacional. Assume, em geral, as formas de Pesquisa Experimental e Pesquisa Expost-facto.

Essa pesquisa é bibliográfica sendo elaborados a partir de material já publicado, constituído principalmente de livros, artigos de periódicos e atualmente com material disponibilizado na Internet.

O trabalho terá como foco as pequenas e micro empresas e o quanto é importante minimizar os impactos socioambientais para que no futuro a sociedade não sofra com falta dos recursos naturais. Esse trabalho está dividido em três capítulos. Cada capítulo contém um objetivo o primeiro é descrever os benefícios que as empresas podem apresentar com a minimização dos impactos socioambiental; o segundo, relacionar os custos ambientais com uma economia de recursos, levantar alguns aspectos de desenvolvimento sustentável; e o terceiro relacionar os custos ambientais com a economia de recursos.

CAPÍTULO I

2.0. DESCREVER OS BENEFÍCIOS QUE AS EMPRESAS PODEM APRESENTAR COM A MINIMIZAÇÃO DOS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS.

2.1. Contabilidade Ambiental

A Contabilidade Ambiental tem o objetivo de registrar as transações das empresas que impactam o meio ambiente e os seus efeitos na posição econômica e financeira da empresa que reporta tais transações, devendo assegurar, que os custos, ativos e passivos ambientais estejam contabilizados de acordo com os princípios fundamentais da contabilidade, e o desempenho ambiental tenha ampla transparência de que os usuários da informação contábil necessitam.

A Contabilidade Ambiental surgiu em 1974, quando as empresas passaram a dar um pouco mais de atenção aos problemas do meio ambiente. A Contabilidade Ambiental é a contabilização dos benefícios e prejuízos que o desenvolvimento de um produto, ou serviço, pode trazer ao meio ambiente. É um conjunto de ações planejadas para desenvolver um projeto, levando em conta a preocupação com o meio ambiente.

Ela se propõe a apresentar o relato ambiental de forma destacada nas demonstrações contábeis. Portanto, sua implementação depende da definição de uma política contábil que considere a segregação dos itens relativos aos impactos ambientais das atividades da empresa no meio ambiente, prevendo, por exemplo, que os custos ambientais devem ser apresentados de forma segregada, desdobrados em itens de natureza operacional, e em itens recorrentes e extraordinários.

De acordo com Junior (2000, p.11) refere que a contabilidade ambiental constitui-se numa nova especialidade da ciência contábil com base na materialidade dos valores envolvidos, para o usuário externo de informação contábil torna-se material toda informação que não sendo evidenciada, ou sendo mal evidenciada, pode levá-lo a sério erro sobre a avaliação do empreendimento e de suas tendências, o que se aplica de forma plena às informações sobre o desempenho ambiental das empresas.

A avaliação da utilidade da contabilidade Financeira Ambiental, segundo o mesmo autor, deve ser realizada tendo em vista o atendimento das finalidades que pretende atingir, que são: a) expor o progresso da empresa no gerenciamento das questões ambientais de forma comparada com empresas pares e durante o decorrer do tempo; b) apresentar o nível de sua exposição ao risco ambiental para a comunidade de negócios (instituições financeiras, fundos de pensão, seguradoras e potenciais parceiros de negócios) e para a sociedade em geral; c) demonstrar a capacitação gerencial da empresa na administração de questões ambientais, e apresentar a forma como a mesma integra essas questões á sua estratégia em geral de longo prazo.

Inicialmente é de fundamental importância ressaltar que a Contabilidade Ambiental ou a Contabilidade do Meio Ambiente, não se tem como objetivo o registro, o controle e a apresentação do balanço, única e exclusivamente como outra forma distinta de demonstrar as transações que possam causar ou vir a causar qualquer modificação na posição econômico-financeira da pessoa jurídica, mesmo porque, se assim fosse, bastaria que invocássemos os princípios fundamentais de contabilidade de nº 750, de 29 de dezembro de 1993, de adoção obrigatória no exercício da profissão.

2.1.1 Gestão Ambiental

Como a questão ambiental se tornou um fato incontestável dentro das empresas sejam elas de que tipos forem, tornou-se imprescindível á incorporação da gestão ambiental no seu processo de elaboração, ou seja, a criação de um “departamento” dentro das empresas que seja responsável pela questão social de preservação do meio ambiente, questionando qual o seu potencial poluidor e que medidas poderão ser tomadas para seu controle.

Gestão Ambiental é o sistema que inclui a estrutura organizacional, atividades de planejamento, responsabilidades, praticas, procedimentos, processos e recursos para desenvolver, implementar, atingir, analisar criticamente e manter a política ambiental. É a forma pela qual a organização se mobiliza, interna e externamente para a conquista da qualidade ambiental desejada.

Ela consiste em um conjunto de medidas que visam ter controle sobre o impacto ambiental de sua atividade, inclui uma serie de atividades que devem

ser administradas, tais como: formular estratégias de administração do meio ambiente, assegurar que a empresa esteja em conformidade com as leis ambientais, implementar programa de prevenção á poluição, gerir instrumentos de correção de danos ao meio ambiente, adequar os produtos as especificações ecológicas, além de monitorar o programa ambiental da empresa.

Alem dessa ferramenta, a problemática ambiental envolve também o gerenciamento dos assuntos pertinentes ao meio ambiente, por meio de sistemas de gestão ambiental, da busca pelo desenvolvimento sustentável, da análise do ciclo de vida dos produtos e da questão dos passivos ambientais.

Para que as organizações equacionem seu envolvimento com a questão ambiental, precisam incorporar no seu planejamento estratégico e operacional e um adequado programa de gestão ambiental, compatibilizando os objetivos ambientais com os demais objetivos da organização.

A Gestão Ambiental requer, como premissa, um comprometimento da alta direção da empresa de seus acionistas com o estabelecimento de uma política ambiental clara e definida que irá nortear as atividades da organização com a relação ao meio ambiente. A política Ambiental da empresa deve expressar, por conseguinte, seu compromisso ambiental formal, assumido perante a sociedade, definindo suas intenções e princípios com relação a seu desempenho ambiental. (CYRO, 1995, p.41)

Devem possuir dinamismo e flexibilidade suficiente para se adaptar a mudanças que podem ocorrer tanto no seu ambiente imediato quanto no seu ambiente futuro.

Neste sentido, a gestão ambiental tem se configurado com uma das mais importantes atividades relacionadas com qualquer empreendimento.

O gerenciamento ambiental pode ser conceituado como a integração de sistemas e programas organizacionais que permitem: a) o controle e a redução dos impactos no meio ambiente, devido ás operações ou produtos; b) o cumprimento de leis e normas ambientais; c) o desenvolvimento e uso de tecnologias apropriadas para minimizar ou eliminar resíduos; d) o monitoramento e avaliação dos processos e parâmetros ambientais; e) a eliminação ou redução dos riscos ao meio ambiente e ao homem; f) a utilização de tecnologias limpas, visando minimizar os gastos de energia e de materiais;

g) a melhoria do relacionamento entre a comunidade e o governo; h) a antecipação de questões ambientais que possam causar problemas ao meio ambiente e particularmente á saúde humana. (ANTONIUS, 1999, p.03)

Segundo Queiroz (2000, p.79), implementar processos de gestão possibilita, ainda, controlar o rendimento e a adequação dos recursos humanos e materiais aos processos de trabalho internos, e disponibilizar informações aos setores envolvidos – fornecedores, clientes, investidores, de forma mais ágil, transparente e livre de vícios. Apesar de demandarem determinados custos e investimentos, trazem um rápido retorno às empresas, tanto pela economia obtida pela racionalização, quanto pela otimização de níveis de eficiência agregados aos bens e serviços.

Para que seja estabelecido um sistema de Gestão Ambiental deverão ser identificados todos os aspectos pertinentes às atividades, produtos e serviços das organizações e os impactos significativos que poderão provocar no meio ambiente. Essa identificação pode ser realizada através de uma revisão inicial, englobando pelos menos as seguintes áreas: Análise das praticas e procedimentos de gestão ambiental; Avaliação dos incidentes/acidente prévio.

2.1.2 Sustentabilidade

Desenvolvimento sustentável é o termo usado para definir ações e atividades humanas que visam suprir as necessidades atuais dos seres humanos, sem comprometer o futuro das próximas gerações. Ou seja, a sustentabilidade está diretamente relacionada ao desenvolvimento econômico e material sem agredir o meio ambiente, usando os recursos naturais de forma inteligente para que eles se mantenham no futuro. Seguindo estes parâmetros, a humanidade pode garantir o desenvolvimento sustentável.

Este conceito, está relacionado com a responsabilidade social das organizações. E por isso é fundamental, de acordo com Michael Porter, construir uma só estratégia, pois refere que “normalmente as companhias têm uma estratégia económica e um estratégia de responsabilidade social, e o que elas devem ter é uma estratégia só”.

E essa estrategia deve beneficiar nao só as empresas mas tambem a sociedade. Segundo o SEBRAE Consumidores exigentes e mais conscientes

dos riscos gerados pelas atividades humanas, que ameaçam as condições futuras de vida no nosso planeta, dão preferência a marcas e produtos obtidos a partir de processos com menor impacto ambiental e que geram ganhos sociais e econômicos. Consequentemente, hoje, tecnologias, práticas, produtos e serviços sustentáveis são diferenciais de competitividade global.

Uma prova de que a sustentabilidade está crescendo e se desenvolvendo, são os consumidores que estão atentos às empresas em que fazem suas compras, pois só estão comprando produtos e serviços que sejam produzidas através de práticas economicamente viáveis, socialmente justas e ambientalmente corretas cresce a cada dia em todo o mundo. Essa tendência irreversível, imposta pelo próprio mercado, ganha força também na nossa sociedade em busca de um desenvolvimento sustentável.

A sustentabilidade tornou-se um fator de competitividade entre as empresas. Aquelas que não se empenharem a fazer os seus produtos de forma em que não agrida o meio ambiente, não vai ter a preferência do consumidor, que já está bastante atento sobre as ações das empresas e também sobre a importância da sustentabilidade principalmente para as gerações futuras.

A Agenda 21 Brasileira é um exemplo de crescimento da sustentabilidade, pois é um processo e instrumento de planejamento participativo para o desenvolvimento sustentável e que tem como eixo central a sustentabilidade, compatibilizando a conservação ambiental, a justiça social e o crescimento econômico.

2.1.3 A Sustentabilidade Social

A sustentabilidade social é um dos mais importantes setores para a mudança nos panoramas da sociedade. O modo de vida pós-capitalista levou não apenas o homem, mas também o próprio espaço urbano a degradações. A desigualdade social, o uso excessivo dos recursos naturais por uma parte da população enquanto a outra cresce desmedidamente são fatores que são extremamente combatidos no âmbito da sustentabilidade social.

Pode-se afirmar que a sociedade obedece a relações intrínsecas com os outros setores de base da sociedade (acesso a educação, desenvolvimento das técnicas industriais, econômicas e financeiras, além dos fatores de ordem

político e ambiental) então um primeiro passo que deve ser tomado para a resolução dos agravantes sociais é justamente a responsabilidade social e a agregação à sustentabilidade desses setores.

CAPITULO II

3.0 RELECIONAR OS CUSTOS AMBIENTAIS COM UMA ECONOMIA DE RECURSOS.

3.1. Ativo Ambiental

Os ativos ambientais representam os estoques dos insumos, peças, acessórios, etc. utilizados no processo de eliminação ou redução dos níveis de poluição; os investimentos em máquinas, equipamentos, instalações, etc., adquiridos ou produzidos com intenção de amenizar os impactos causados ao meio ambiente; os gastos com pesquisas, visando o desenvolvimento de tecnologias modernas, de médio e longo prazo, desde que constituam benefícios ou ações que irão refletir nos exercícios seguintes.

Ativos ambientais são os bens adquiridos pela companhia que têm como finalidade controle, preservação e recuperação do meio ambiente. Neste sentido Ribeiro & Gratão (2000,) dizem que recebem tal classificação parte dos estoques, especialmente aqueles destinados á finalidade referida. Tais estoques podem ser compostos por insumos que serão utilizados diretamente no processo produtivo, principalmente pelos que serão utilizados diretamente no processo produtivo, para eliminar durante os procedimentos operacionais, o surgimento de resíduos poluentes. Podem ser itens que serão consumidos pós-operação, de forma a realizar a limpeza dos locais afetados ou a purificar os resíduos, como as águas, os gases, os resíduos sólidos que serão dispostos, de alguma forma, no meio ambiente natural.

Existem algumas polêmicas na identificação dos ativos ambientais, devido o surgimento das tecnologias limpas. Essas tecnologias compreendem novos meios de produção, dotados de mecanismos que impedem a produção de refugos. Tratando-se de meios de produção e transformação, são ativos

operacionais propriamente ditos e não ativos ambientais. (RIBEIRO & GRATÃO, 2000)

Os ativos operacionais podem sofrer desgaste acelerados em função de sua exposição obrigatória do o meio ambiente poluído. Neste caso, de acordo com Ribeiro & Gratão (2000,) Os efeitos do diferencial de vida útil, provocado pó tal exposição, deve ser considerado como um custo ambiental, dado que reflete as perdas decorrentes do meio ambiente poluído. Essa situação ficará patente nos casos em que os ativos possam ser incorporados, com seus pares instalados, em ambientes menos afetados pela poluição.

As características dos ativos ambientais são diferentes de uma organização para outra, pois a diferença entre os vários processos operacionais das distintas atividades econômicas deve compreender todos os bens utilizados no processo de proteção, controle, conservação e preservação do meio ambiente.

Os ativos ambientais, todos decorrentes de investimentos na área do meio ambiente, deverão ser classificados em títulos contábeis específicos, identificando, de forma adequada, os estoques ambientais, o ativo permanente imobilizado ambiental e o diferido ambiental. Entendemos então que os ativos ambientais são todos os bens e direitos destinados ou provenientes da atividade de gerenciamento ambiental, podendo estar em forma de capital circulante ou capital fixo.

3.1.1 Passivo Ambiental

Passivo ambiental representa toda e qualquer obrigação de curtos e logos prazos, destinados única e exclusivamente a promover investimentos em prol de ações relacionadas à extinção ou amenização dos danos causados ao meio ambiente, inclusive percentual do lucro do exercício, com a destinação compulsória, direcionado a investimentos na área ambiental.

Sprouse&Moonitz, apud Kraemer (2000, p.22) afirmam que passivos são obrigações que exigem a entrega de ativos ou prestação de serviços em um momento futuro, em decorrência de transações passadas ou presentes.

Passivos ambientais referem-se Martins & Deluca (1994, p.27), a benefícios econômicos, que serão sacrificadas em função de obrigações contraídas perante terceiros, para a preservação e proteção do meio ambiente.

Têm origem em gastos relativos ao meio ambiente, que podem se constituir em despesas do período atual ou anteriores, aquisição de bens permanentes, ou na existência de riscos de esses gastos virem a se efetivar contingências.

Os passivos ambientais ficaram amplamente conhecidos pela sua conotação mais negativa, ou seja, as empresas que o possuem agrediram significativamente o meio ambiente e, dessa forma, têm que pagar vultosas quantias a título de indenização de terceiros, de multas e para a recuperação de áreas danificadas. (RIBEIRO & GRATÃO, 2000,)

Ribeiro e Gratão (2000) colocam ainda como exemplo: a) os gastos assumidos pela *Exxon*, no caso do acidente com o petroleiro Valdez, no Alaska; b) o caso da Petrobras, na década de 80, no qual a região de Cubatão, no interior do Estado de São Paulo, foi seriamente afetada pelo vazamento de óleo, que culminou com a explosão de varias moradias; c) mais recente, em janeiro de 2000, o vazamento nas instalações da mesma empresa que provocou o derramamento de milhares de litros do óleo no mar na Bahia de Guanabara, causando a morte de varias espécies de aves e peixes, além de afetar seriamente a vida das populações locais que vivem da atividade pesqueira. Tais situações exigiram enormes gastos dessas empresas e, o que pior, gastos imediatos, sem qualquer programação de fluxo de disponibilidades, independentemente do porte da organização. Tão alto quanto os custos de recursos físicos necessários para a reparação dos danos provocados pelas referidas situações, ou até mais, são gastos requeridos para retração da imagem da empresa e de seus produtos, essencialmente, quando tais eventos são alvo da mídia e da atenção dos ambientalistas e ONGs.

Deve se ressaltar que os passivos ambientais, como dizem as autoras, não têm origem apenas em fatos de conotação tão negativa. Eles podem ser originários de atitudes ambientalmente responsáveis como os decorrentes da manutenção de sistema de gerenciamento ambiental, os quais requerem pessoas que recebem uma remuneração para a sua operacionalização. Tais sistemas exigem ainda a aquisição de insumos. Máquinas equipamentos, instalações para funcionamento, o que, muitas vezes, será feito na forma de financiamento direto dos fornecedores ou por meio de instituição de crédito. Esses são os passivos que devem dar origem aos custos ambientais, já que são inerentes á manutenção normal do processo operacional de companhia.

Um passivo ambiental deve ser reconhecido, quando existe uma obrigação por parte de empresa que incorreu em um custo ambiental ainda não desembolsado, desde que atenda ao critério de reconhecimento como uma obrigação. (JUNIOR, 1999, p.6)

Portanto, esse tipo de passivo é definido como sendo uma obrigação presente que surgiu de eventos passados.

O patrimônio ambiental é composto pelo conjunto dos ativos e passivos ambientais.

Não há que se pensar em sua identificação física, já que os recursos próprios são formados ao longo da existência da companhia, e são utilizadas indistintamente nas mais variadas necessidades apresentadas pelo processo operacional da empresa, não cabendo, portanto, a identificação do capital ambiental ou das reservas de lucros ambientais. (RIBEIRO & GRATÃO, 2000, p.7)

Há sim, a possibilidade de identificação de uma reserva de lucros de lucros para contingências ambientais, sendo, decorrente de uma situação muito específica em que seja prevista a existência de uma significativa e inevitável perda no futuro.

Assim, o patrimônio ambiental embora exista, não é passível de segregação dos elementos que compõe o patrimônio líquido na sua forma tradicional.

O meio Ambiente tem sido uma preocupação universal, cabendo à contabilidade mensurar e divulgar todo o avanço em preservação e investimentos na natureza, pois isso ajuda na formação de uma imagem de empresa comprometida e trabalha para evitar danos que, segundo especialistas, serão os estopins para possíveis futuras guerras, já que a água, a fauna, a flora e a camada de ozônio precisam ser preservadas para não provocar perdas, pondo em risco bens naturais que é patrimônio da humanidade.

3.1.2 A Contabilidade de Gestão Ambiental –CGA

È a contabilidade realizada principalmente nas partes monetárias e físicas das empresas.

A contabilidade monetária engloba:

- A contabilidade financeira que tem como objetivo suprir as necessidades dos sócios e autoridades financeiras. É realizada através de registros contábilísticos, elaboração de balanços, consolidação, auditoria do relato e da demonstração financeira.
- Contabilidade Analítica (também possui o significado de contabilidade de custos ou de gestão);
- Estatísticas da empresa e indicadores (possui orientações pelo passado)
- Elaboração de orçamento (orientados pelo futuro)
- Avaliação de investimento (orientados pelo futuro).

Existem diferentes definições e aplicação da utilização geral da informação da CGA que serve essencialmente para ser utilizada internamente pela empresa nas suas tomadas de decisão.

São procedimentos da CGA: medições físicas do consumo demateriais e energia, fluxos e deposição final, avaliação monetária de custos, poupanças ereceitas relacionadas com atividades que apresentam muitos impactos do tipo de organização (produção fabril vs. prestação de serviços) e do tipo de decisões a tomar (decisões decompra quanto às matérias primas; decisões de investimento em utilização racional de energia; alterações de design do produto, entre outras).

A CGA, ao identificar, avaliar e imputar os custos ambientais permite aos gestoresidentificar oportunidades para poupar custos.

A Contabilidade de Gestão Ambiental enfrenta um problema com a falta de uma definição normatizada de custos ambientais que inclui vários conceitos, por exemplo, custos de disposição ou custos de investimentos e também custos externos.

O fato dos custos ambientais não serem totalmente registrados, implica em cálculos distorcidos das opções de melhoria.

A CGA facilita a transição de informação entre os dados da contabilidade financeira e da contabilidade analítica com a finalidade de aumentar a eficiência de materiais, reduzir os impactos, os riscos ambientais e também reduzir os custos ambientais.

E por ultimo a contabilidade Física que compreende que a informação ambiental reside nos balanços de massa, em unidades físicas, na matéria, na

água e na energia dentro dos limites de um sistema definido. Isto pode ser considerado no nível da empresa, mas também aplicado aos centros de custos e processo de produção, ou aos equipamentos e produtos. Tratar e identificar a informação necessária não é tarefa dos contabilistas e sim dos técnicos do processo.

Um adequado sistema de CGA vai promover uma contabilidade financeira. Além disso, custos futuros e menos tangíveis são é dificilmente encontrados nos registros da contabilidade existentes. Os custos futuros expectáveis para um melhoramento necessário de uma estação de tratamento de águas residuais devem fazer parte do ciclo de orçamento atual. Custos menos tangíveis como reclamações potenciais futuras de responsabilidade e custos da imagem da empresa associados a um reduzido desempenho ambiental devem ser considerados quando se comparam opções de investimento.

3.1.3 Eco-eficiência.

O Conselho Mundial Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável define a eco-eficiência como um conceito que relaciona o “valor do produto ou serviço” em termos de vendas ou lucro, com a “influência ambiental” em termos de consumo de energia, de materiais ou água assim como da produção de resíduos e emissões em termos de volume. Estes indicadores tornam-se úteis apenas quando os valores temporais, tanto do denominador como do numerador, são publicados simultaneamente com o desenvolvimento do indicador.

Os indicadores de eco-eficiência podem, então, mostrar as reduções possíveis do consumo de matéria em relação ao aumento de vendas ou lucro. No entanto, uma vez que o lucro é influenciado por outros fatores, como os preços de mercado e as taxas de câmbio, a interpretação destes indicadores revela-se frequentemente difícil. Relacionar o consumo de materiais às vendas faz mais sentido, uma vez que estas estão mais diretamente relacionadas com a produção. Exemplos são os lucros antes dos impostos em comparação com as vendas por unidade de consumo de água para uma cervejeira. As vendas teriam mais sentido que o lucro, uma vez que estão mais relacionadas com o consumo da produção.

Os gestores ambientais calculam os custos ambientais para cada categoria:

Na categoria ambiental(Resíduos, água, ar, etc.). É realizado um teste de cruzamento de resultados para avaliar a consistência de um elemento central desta abordagem e revela tanto os custos totais como oportunidades de melhoria.

Em geral, nas grandes organizações são envolvidos dois grupos de peritos:

- o grupo da “contabilidade”, com a tarefa de apurar os volumes de compra e de produção (entradas/saídas), despesas e receitas, avaliação dos centros de custos de aquisição, preços internos, cálculo e encargos com taxas;
- o grupo da “tecnologia”, com a tarefa de estabelecer os balanços de massa, de energia e de água, volumes e custos de deposição e de emissão, descrição do processo e do equipamento técnico para tratamento das emissões e resíduos e de tecnologias de produção mais limpa, estimativas das respectivas horas de trabalho e 15 matérias auxiliares assim como a distribuição do custo total pelas diferentes categorias ambientais. Na metodologia apresentada neste documento, o esquema de definição dos custos ambientais é mais utilizado para avaliar a despesa anual da empresa em ambiente no ano anterior. Subsequentemente, pode ser realizada uma repartição por centro de custos e processos. A focalização da CGA não está na revelação dos custos ambientais anuais, consistindo a sua avaliação o primeiro passo de uma abordagem do topo para a base, para utilização em cálculos internos ulteriores.

A definição dos custos ambientais é muito difícil, principalmente para as tecnologias mais limpas, que são frequentemente em alguns aspectos mais eficientes ao prevenir as emissões e resíduos na origem, assim como para muitos outros custos, incluindo quase sempre aumentos de eficiência ou aspectos de saúde e segurança, o componente “ambiental” é de difícil separação. Pode-se afirmar que a solução dos problemas é não é totalmente concentrada no “ambiente”, porque em geral será uma solução de tratamento de fim de linha, que não resolve o problema onde se originou, transferindo-o para outro ponto do meio ambiente (por exemplo, do ar para o solo e do solo

para a água). Estas soluções apresentam custos, ou seja, passivos ambientais e não são eficientes.

A abordagem apresentada nesse documento assume implicitamente que, pelas razões físicas, todos os materiais devem deixar a empresa sob a forma de produtos, resíduos e emissões. O resíduo é por com seguinte um sinal de uma produção ineficiente. Assim ao calcular os custos ambientais, atende-se não só às taxas de deposição final, como também ao valor de compra dos materiais desperdiçados aos quais se adicionam os custos de produção de resíduos e emissões.

Existem seguros que foram criados para a proteção e que é direito do trabalhador são eles:

- Seguros de saúde do pessoal.
- Compensações ao pessoal.
- Seguros de incêndios na propriedade.
- Responsabilidade e risco global.
- Responsabilidade ambiental.
- Desemprego.

3.1.4 Custos Ambientais

Custos ambientais representam todo empenho, e esforço direta ou indiretamente vinculado a qualquer gasto, independentemente de desembolso, relativo a bens e serviços que visem únicas e exclusivamente a preservação do meio ambiente.

Na visão de Campos (1999), é um termo, ainda hoje, de difícil conceituação, pois a não apresenta uma definição clara e objetiva do que se considera como um custo ambiental.

Os custos ambientais são representados pelo somatório de todos os custos dos recursos utilizados pelas atividades desenvolvidas com o propósito de controle, preservação e recuperação ambiental, em que as atividades serão aquelas objetivamente identificáveis como relacionadas ao controle, preservação e recuperação do meio ambiente. (RIBEIRO, 1998, p05)

A identificação dos custos ambientais ainda é de difícil tarefa, já que não temos como mensurar muito de seus componentes, tido até hoje como

intangíveis. Ocorre na verdade, mais uma identificação e mensuração dos custos referentes às externalidades, ocasionadas pelos impactos decorrentes da má utilização do meio ambiente. Esses poderão ser incorporados ao custo total, à medida que vão ocorrendo, para as empresas que realmente adotam uma gestão ambiental eficiente.

São considerados os custos ambientais sob os aspectos bem comuns, julgando-se o meio ambiente sem proprietário e o uso de seus recursos naturais no processo de produção, sem agregá-lo ao seu custo total o custo ambiental gerado. Cita-se como exemplo, uma consultora utiliza a água diretamente retirada de uma lagoa para construção de suas obras e não agrega ao custo final da obra essa água utilizada, por considerá-la um bem público. Sob o aspecto custo social, trata-se dos custos decorrentes das externalidades como os anteriores, porém a sociedade, neste caso, paga pelo custo monetário em si e é prejudicada em decorrência dos resíduos expelidos no processo produtivo, devendo arcar também com este custo, que não será incorporado por quem o produziu, como por exemplo, a fumaça de uma fábrica que contribui para a proliferação de doenças respiratórias.

Devido a esses custos ambientais que são provocados pelas empresas é que o SEBRAE adotou algumas medidas para a prevenção do meio ambiente ao invés de se ter custos com a recuperação do meio ambiente terá com a preservação do mesmo e assim conseqüentemente uma grande economia de recursos naturais. E as micro e pequenas empresas segundo o SEBRAE já estão adotando essas medidas de preservação, pois de um modo ou de outro, elas dependem de insumos do meio ambiente para realizar suas atividades. É faz parte de sua responsabilidade social evitar o desperdício de tais insumos como (energia, matérias-primas em geral e água).

Dentro das ações apoiadas pelo SEBRAE e que já estão sendo colocadas em praticas pelos micro e pequenos empreendedores são Colocar o lixo em local e forma apropriados (coleta seletiva), reduzir o barulho na vizinhança, incentivar a economia de energia não são apenas formas de reduzir o impacto ambiental. Iniciativas como essas são também fontes geradoras de lucro e de ganhos de imagem.

A conscientização leva a empresa a desenvolver ações de preservação ambiental. Tal atitude deve ser sua retribuição pelo uso dos recursos que retira

da natureza e pelos danos que podem ser causados por suas atividades. Campanhas, bem como a participação em iniciativas de educação ambiental, são ações que a empresa pode executar, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida no local em que vivemos.

É muito importante que as micro e pequenas empresas diminuam seus custos com a recuperação das áreas degradadas do meio ambiente e invista um pouco do seu capital em preservação pois essas empresas representam 99% do número de empresas no Brasil, 67% das ocupações e contribui com 20% do PIB na economia brasileira. E se todas elas se atentarem a essa importância vão ter muito mais lucro, vai usar menos recursos naturais e assim as próximas gerações não sofrerão com a falta desses recursos.

3.1.5 Classificação dos custos Ambientais

Segundo Herckert (2005) os custos ambientais classificam-se sob os seguintes aspectos:

Custos de prevenção – destinados a redução de qualidade de poluentes expelidos no processo produtivo. Ex. investimentos em tecnologias limpas.

Custos de controle – destinam-se a manter as agressões ambientais dentro dos limites estabelecidos anteriormente. Ex. verificação periódica dos níveis de poluição.

Custos de correção – destinam-se as recuperações decorrentes dos danos causados ao meio ambiente. Ex. reflorestamento das áreas devastadas.

Custos de falhas – referem-se aos custos de falhas ocorridas no processo de redução, controle e correção da agressão ao meio ambiente. Ex. multas e sanções.

Custos das externalidades – decorrem dos impactos gerados pelas empresas, que poderão no futuro, vir se tornar importante. Ex. danos causados a saúde pela poluição atmosférica.

Os custos ambientais podem ser incorporados através dos seguintes mecanismos econômicos:

Mecanismo de Taxação: atende ao princípio poluidor e pagador, aquele que polui, ressarcir a sociedade o prejuízo causado.

Mecanismo de Credito: O governo fixa a emissão de créditos, e as empresas que menos poluem ganham créditos, que poderão ser vendidos para as empresas mais poluidoras.

Mecanismo de Benefícios: criam-se benefícios para as empresas que mais investiram no controle ambiental.

Portanto, verifica-se que a não incorporação dos custos ambientais ao custo dos produtos, poderá ocasionar ao meio ambiente serias consequências, já que as empresas continuarão sua trajetória, desconsiderando a utilização dos bens públicos, e no futuro, quando passar a existir um controle rígido, por essas atitudes, ela se deparará com custos ainda desconsiderados em seu produto, podendo vir a torná-lo pouco competitivo.

Os custos ambientais podem ter origem nos insumos requeridos para eliminar a produção de resíduos poluentes durante e após o processo produtivo, como por exemplo, citado por Ribeiro & Gratão (2000,), produtos químicos utilizados para purificação das águas residuais do processo de tintura de tecidos, ou para tratamento dos gases a serem expelidos no ar.

Porém ainda se originário da depreciação dos equipamentos e máquinas utilizada para o controle e preservação do meio ambiente. Outra fonte de custos ambientais pode ser a necessidade de tratamento e recuperação de áreas degradadas pela ação da companhia. De uma forma geral, os custos ambientais provêm dos sistemas de gerenciamento ambiental.

Os custos ambientais devem ser reconhecidos no período em que forem identificados pela primeira vez. Em alguns casos um custo ambiental pode estar relacionado a danos que ocorrem em períodos anteriores. Por exemplo, danos ambientais causados a uma propriedade antes de sua aquisição, um acidente acontecido em período anterior e que agora requer limpeza, disposição ou tratamento de um lixo tóxico criado em um período anterior.

A partir disso verifica-se que os custos ambientais são extrema necessidade, não apenas para o controle da preservação do meio ambiente, mas para o comprometimento das empresas com esta preservação, não apenas pela imposição externa, mas de uma conscientização interna.

3.1.6 Contingências.

A maioria dos “custos ambientais” são, na sua natureza, contingentes ou probabilísticos. São provocados por condições ou acontecimentos futuros incertos, mas com probabilidades e custos estimáveis. Um exemplo disso são os custos futuros com o cumprimento da regulamentação e responsabilidade, danos nas pessoas e nas propriedades. Os métodos da contabilidade financeira convencional não estão desenhados para lidar com os custos contingentes; na realidade, as contingências são geralmente evitadas nos relatos financeiros e, onde realmente são registradas, estão sujeitas a normas estritas para a estimativa e comunicação. Mas tais normas estão muito pouco relacionadas com os custos ambientais quando o objetivo é a tomada de decisões interna. A contabilidade ambiental eficaz necessita de uma atenção especial a esta diferença e uma vontade para experimentar os diferentes métodos no tratamento de custos contingentes. A análise de cenários e a estimativa dos custos baseada em dados contabilísticos indicam duas abordagens no tratamento das incertezas inevitáveis e associadas com os custos ambientais futuros. Ferramentas como estas são integradas como parte de qualquer sistema consciente de contabilidade analítica ambiental.

CAPITULO III

4.0 ALGUNS ASPECTOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL

4.1 AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.

Antes de falar das ações praticadas pelas MPE`s para o desenvolvimento sustentável é importante dar o conceito que caracteriza este tipo de empresa que vem sendo maioria em nosso País. Segundo o SEBRAE uma pequena empresa é definida como uma empresa que emprega menos de 50 pessoas e cujo volume de negócios ou balanço total anual não excede 10 milhões de euros. E uma microempresa é definida como uma empresa que emprega menos de 10 pessoas e cujo volume de negócios ou balanço total

anual não excede 2 milhões de euros. Elas representam 99% do número de empresas no Brasil, 67% das ocupações e contribui com 20% do PIB na economia brasileira. É de grande importância para a economia, além de todos os fatores apresentados, também por ser uma grande geradora de empregos no país.

As micro e pequenas empresas já vêm se posicionando em função dessa forte tendência, cada vez mais presente na legislação e nos mercados. É o que confirma a presente sondagem feita pelo SEBRAE com cerca de 3.9 mil empresários desse segmento, já visando ao debate no âmbito da Rio+20, a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, neste ano de 2012 no Rio de Janeiro.

Apesar de terem consciência do que é desenvolvimento sustentável segundo o SEBRAE o percentual expressivo de empresários de micro e pequenas empresas ainda não têm por hábito utilizar matérias-primas ou materiais recicláveis no processo produtivo (51,7%), assim como realizar captação de água da chuva e/ou reutilização de água (83,4%). Muitos também não participam do processo de reciclagem de pilhas, baterias ou pneus (50,9%).

O SEBRAE demonstra que um dos seus grandes desafios será o de fazer com que uma quantidade cada vez maior de micro e pequenas empresas passem a incorporar em suas práticas de gestão e estratégias de mercado o conceito de sustentabilidade. A sustentabilidade empresarial pressupõe que a empresa seja rentável, gerando resultados econômicos e que ainda contribua para o desenvolvimento da sociedade.

Trata-se do conceito de (*Triple BottomLine*) que determina que a empresa deva gerir suas atividades em busca não só do resultado econômico, mas também dos resultados ambiental e social. Com o objetivo do bem-estar das pessoas, a preservação da natureza e os lucros estão integrados ao negócio e não podem ser dissociados.

4.1.1 Ações para preservar o Meio Ambiente – O protocolo verde

Segundo Kraemer (2002, p.08) na década de 70, surgiram, em várias partes do mundo, movimentos organizados que passaram a discutir os problemas para minimizar impactos ambientais negativos, inclusive os

decorrentes de atividades econômicas, de modo especial, os originados nas indústrias.

Realizou-se em 1972, a 1ª Conferencia Municipal sobre o meio ambiente, nas Nações Unidas, em Estocolmo na Suécia. Foi à primeira conferencia internacional das Nações Unidas que tratou das relações entre o homem e o meio ambiente, e poluição foi à palavra chave do encontro. A ONU criou um mecanismo institucional para tratar das questões ambientais – Programa das Nações Unidas para o meio ambiente (PNUMA).

Em 1975, foi realizado, em Belgrado, um Seminário internacional de educação com participação de vários países, resultando a Carta de Belgrado, estabelecendo que qualquer ação de preservação ambiental deveria, primeiramente, passar por uma educação ambiental.

Destacam-se, nos anos 80, o manifesto *Nosso Futuro comum* ou relatório *Brundtland*, do Conselho Municipal de desenvolvimento sustentável.

A ISO – Organização Internacional para padronização, no iniciou dos anos 90 na Inglaterra, tendo como finalidade elaborar normas internacionais de proteção ao meio ambiente, constitui o Grupo Estratégico Consultivo sobre o meio ambiente. As principais normas ambientais no Brasil são: Avaliação do processo: ISO 14.001 – Sistema de gestão Ambiental; ISO 14.010 – Auditoria Ambiental; ISO 14.030 – Avaliação de Desempenho Ambiental e quando a avaliação do produto: ISO 14.020 – rotulagem Ambiental e ISO 14.40 – Analise no ciclo de vida.

Em 1992, realizou-se a Conferencia das Nações Unidas sobre o meio ambiente e desenvolvimento – CNUMAD também chamada de ECO-92, na cidade do rio de janeiro, tendo como objetivo elaborar estratégias que interrompessem e revertessem os efeitos da degradação ambiental, bem como promover o desenvolvimento sustentável, num ambiente saudável, em todos os países.

Várias iniciativas, tanto por parte do governo como iniciativa privada, surgiram no Brasil, para implementar ações propostas por seminários que trataram da proteção, gestão e controle do meio ambiente, devido ao crescimento da consciência ambiental.

Segundo Rebollo(2001, p.16), um exemplo significativo ocorreu em 1995, quando o Governo Federal de Ministérios e bancos oficiais brasileiros,

firmaram o chamado Protocolo Verde, incorporando a variável ambiental na gestão e concessão de crédito oficial e de benefícios fiscais no sentido de buscar mecanismos que evitem a utilização desses benefícios em atividades que sejam prejudiciais ao meio ambiente.

Este Protocolo está em consonância com o dispositivo constitucional previsto no art.225, o qual prescreve que cabe ao poder público e a coletividade defender e preservar o meio ambiente, e o art. 12, da lei nº 6.938, de 1981, que instituiu a Política Nacional do Meio Ambiente.

O protocolo Verde é um acordo assinado entre IBAMA e o BNDES e alguns outros bancos governamentais, cujo objetivo é subsidiar a aquisição de tecnologias antipoluentes. De acordo com Ribeiro & Martins (1998, p.03), os recursos obtidos por meio deste programa exigem que a empresa elabore previamente Estudo de Impacto Ambiental – EIA e, periodicamente, um Relatório de Impacto ao Meio Ambiente – RIMA, fato que auxilia a empresa no seu alto conhecimento, além de comprometê-la na melhoria do seu sistema operacional, tornando-o ambientalmente saudável.

Entendemos então que o protocolo verde é um importantíssimo instrumento de incentivo as empresas, pois concede benefícios fiscais em troca do compromisso da empresa de evitar atividades prejudiciais ao meio ambiente, com isso também há um envolvimento e conscientização por parte das empresas em investir na preservação do meio ambiente haja vista que a sua participação lhes proporcionara vantagens na corrida de mercado, pois serão preferidas pela sociedade que esta consciente de que a preservação do meio ambiente é muito importante.

A adoção de ações de sustentabilidade garante a médio e longo prazo um planeta em boas condições para o desenvolvimento das diversas formas de vida, inclusive a humana. Garante os recursos naturais necessários para as próximas gerações, possibilitando a manutenção dos recursos naturais (florestas, matas, rios, lagos, oceanos) e garantindo uma boa qualidade de vida para as futuras gerações.

E as micro e pequenas empresas, pela sua proximidade com o consumidor, têm a oportunidade de rapidamente perceber as práticas sustentáveis demandadas e adotá-las como diferencial competitivo. Ser competitivo significa ser capaz de ofertar no mercado um produto com as

características exigidas no momento e com o preço que o consumidor está disposto a pagar. É ter um posicionamento diferenciado para os consumidores, compradores, formadores de opinião e sociedade organizada, em relação aos seus concorrentes.

4.1.2 Impacto Socioambiental.

O impacto ambiental é conceituado pela Resolução n.º 1/86, do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, em seu artigo 1.º, da seguinte forma:

Impacto ambiental é qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam:

- I – a saúde, a segurança e o bem-estar da população;
- II – as atividades sociais e econômicas;
- III – a biota;
- IV – as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente;
- V – a qualidade dos recursos ambientais.

Podemos entender então que o impacto ambiental é um desequilíbrio provocado em maior parte pelo choque da relação do homem com o meio ambiente, a partir do início evolução humana, ou seja, no instante em que o homem começou a evoluir em seu modo de vida. Nos primórdios da humanidade o homem mantinha uma relação de submissão com o meio ambiente.

Com o passar do tempo o homem descobriu o fogo, mas o impacto gerado por este era irrelevante para a natureza, depois passaram a cultivar alimentos e criar animais, com isso o impacto ambiental começou a aumentar gradativamente. Pois para plantar e para o gado pastar era necessário derrubar árvores de determinados lugares, além do mais, a madeira derrubada servia para construir abrigos mais confortáveis e obtenção de lenha. A partir desse momento, começou a se tornar mais visível os impactos ambientais causados pelo homem como, por exemplo, a alteração em certas cadeias alimentares.

5.0. CONCLUSÃO

O crescimento econômico se expressa em indicadores monetários e sob princípios da economia. A sustentabilidade ambiental se expressa em indicadores ambientais e sob princípios ecológicos. A equidade se expressa em base a indicadores sociais sob princípios de qualidade de vida. Este três objetivos devem ser alcançados ou refletidos na contabilidade sendo necessária participação dos atores individuais e institucionais para garantir equidade.

O mercado não mais aceita o descaso no tratamento dos recursos naturais. Os consumidores estão interessados em produtos limpos. A legislação torna-se mais rígida, imputando sanções aos infratores, obrigando as empresas a encarar com seriedade e responsabilidade a variável ambiental em sua estratégia operacional.

Não semente é uma necessidade senão uma obrigação, que todos os contadores adquirem um total conhecimento da problemática aqui exposta, sobre as necessidades econômicas, sociais, políticas e, logicamente, ambientais, aqui esquematizadas para que sejam discutidas, analisadas e criticadas para chegar a uma melhor compreensão na demonstração desta conferencia.

A contabilidade ambiental tem a obrigação de medir o que se tem e o que se destroem. Recomendamos elaborar avaliações dos impactos ambientais provocados por todas as empresas do nosso país, especialmente as empresas petroleiras que operam em zonas de alta fragilidade como são os casos de indústrias em áreas de reservas; auditorias contábeis ambientais que devem ser realizadas, conhecidas e analisadas pelos profissionais contadores e especializações afins e outros profissionais que possam aportar com conhecimentos técnicos que sirvam para realizar esse tipo de análise. A auditoria que são o requerimento único e valido para medir, calcular e registrar o positivo e negativo das ações e reações do meio ambiente provocadas por causas naturais ou humanas.

E as micros e pequenas empresas como representam 99% do número de empresas no Brasil são as que mais oferecem oportunidades de empregos tem que ser exemplo, criando medidas para a preservação e recuperação do

meio ambiente, dando assim boas condições de vida a população atual e também as próximas gerações.

6.0. REFERÊNCIAS

BARBIERI, José C. **Empresa e Ambiente**. Revista Exame, Encarte Especial, jan/2000.

Revista Brasileira de custos. São Leopoldo, v.1, nº1, mai/agosto, 1999.

BATISTA, Gabi. **Sustentabilidade – Garanta o Presente sem Descuidar do Futuro** Disponível em:<<http://WWW.atitudesustentaveis.com.br>> acesso no dia 30 de abril de 2012.

BORBA, Mônica Pilz. **Sustentabilidade: O que é sustentabilidade, conceito, desenvolvimento sustentável, gestão sustentável, meio ambiente, ações**. Editora:

Imesp<Disponível:<http://www.suapesquisa.com/ecologiasaude/sustentabilidade.htm>> Acesso em dia 05 de maio de 2012.

BRASIL. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – Sebrae. **Perfil do microempreendedor individual 2012** Disponível em:<<http://www.sebrae.com.br>> acesso no dia 10 de abril de 2012

CAMPOS, Lucia M. De S. **O processo de gestão dos custos da qualidade ambiental**.

CERVI, Taciana Marconatto Damo. **O estudo de impacto ambiental: A realidade entre a proteção jurídica do meio ambiente e o desenvolvimento** http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=5869 > Acesso em 07 Nov 2012

COUTINHO, Flávio. **Desperdício de água**<Disponível em:<<http://meioambiente.culturamix.com/recursos-naturais/escacez-de-recursos-naturais>> acesso no dia 05 de maio de 2012.

DONAIRE, Denis. **Gestão Ambiental na empresa**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

EYER, Cyro do Valle. **Qualidade Ambiental**. Ed. Pioneira. São Paulo, 1995.

FRANCO, Hilário. **A contabilidade na era da globalização**. São Paulo: Atlas, 1999.

HERCKERT, Werna. **Ativo e Passivo Ambiental**. <http://WWW.contas.hpgig.com.br> – 10 set 2012.

JUNIOR, Sebastião Bergamine. **Contabilidade e riscos ambientais**. Revista do BNDS – Rio Janeiro – RJ nº 11, 1999.

JUNIOR, Sebastião Bergamine. **Custos emergentes na contabilidade ambiental** Revista pensar contábil Do Conselho Regional de Contabilidade do estado do rio de janeiro. RJ: ano III, nº 09, p.03 ago. 2000.

KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. **Contabilidade como sistema de informações**. Revista Pensar Contabil do Conselho Regional De Contabilidade do Estado do Rio de Janeiro. RJ: ano III. nº 09,p.19-26, ago/2000.

KROETZ, Cesar Eduardo Stevens. **Balanco Social**. Teoria e Prática, São Paulo, Atlas, 2000.

MARTINS, Eliseu Ribeiro, Maisa de Souza. **A informação como instrumento de contribuição da contabilidade para a compatibilização do desenvolvimento econômico e a preservação do meio ambiente**. Revista interamericana de contabilidade, nº60, p.31-40, out/dez. 1995.

MAIOR, Gustavo Souto. **Contabilidade Ambiental**. [HTTP//WWW.suspiros.com](http://www.suspiros.com). Ecologia. 12 mar. 2005.

MARTINS, Eliseu, de LUCA, Márcia M, **Ecologia via contabilidade**. Revista Brasileira de Contabilidade. Brasília-DF: ano 23 nº86 p.20, mar. 1994.

NETO, J.T TOCALINO, C.E **As primeiras 100 empresas certificadas em conformidade com a ISSO 14001**. São Paulo. Tocalino. Ano 4, nº 18. mar/jun.1999.

Disponível em:<http://pt.wikipedia.org/wiki/Sustentabilidade_econ%C3%B3mica
acesso no dia 05 de maio de 2012.

ONU- **Organização das Nações Unidas**. Disponível em:<
<http://www.onu.com.br>> acesso no dia 10 de abril de 2012.

<http://www.cenedcursos.com.br/agenda-21-brasileira.html>